

XXVIII – ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – 8 A 11 DE SETEMBRO DE 2026 – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FFLCH DA USP

**Simpósio Temático 40 – *Povos indígenas na História: cosmologia, memória e política* – Coordenação Eduardo Natalino dos Santos e Guilherme Bianchi
Moreira**

**Local: AUDITÓRIO FERNAND BRAUDEL – Prédio da História e Geografia,
andar térreo (Avenida Professor Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária –
São Paulo – SP)**

**PALESTRAS E COMUNICAÇÕES AGRUPADAS POR MESAS
*COM RESUMOS***

8 DE SETEMBRO DE 2026

PALESTRA

13h30 às 14h30

História pública e redes: a experiência de Noticonquista – Fe Navarrete Linares – Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM

MESA I – COSMOLOGIA E POLÍTICA

14h30 às 15h30

1 – Tauromaquia sem sangue: resistência, arte andina e celebração – Indira Viana Caballero – UFG

Resumo: A corrida de touros de Andamarca (Andes peruanos, departamento de Ayacucho, província de Lucanas), evento que acontece todos os anos, é bastante singular se pensarmos no estilo tauromáquico tradicional. Lá, os animais não são mortos nem

feridos e, além dos toureiros, também participam na arena um ou mais personagens cômicos (palhaços, homens vestidos de mulher etc.), os quais são imprescindíveis para transformar esse antigo jogo sangrento em um outro tipo de encontro entre humanos e animais. Esta tauromaquia, que se distancia muito de qualquer desejo de submissão dos touros por parte dos humanos, tem como propósito central proliferar o riso. “Saber brincar” é o que garante um bom espetáculo proporcionado por humanos desprovidos de qualquer tipo de arma, ou objeto perfurante, e touros bravos e selvagens. Ferir os animais é uma forma de quebrar as regras do jogo e, sobretudo, ir contra uma certa ética andamarquina que vigora nas relações com os animais. Não matar e/ou não machucar os animais é um modo de rechaçar o estilo taurino colonial e, pode-se dizer, de performar uma crítica à própria noção de humanidade dos colonizadores.

2 – Temporalidades das autonomias mapuche: cosmovisão e disputas políticas no informativo digital *Mapuexpress* – Vinícius Valadão Gonçalves – UFOP

Resumo: Em abril de 2000, um grupo de militantes do povo indígena mapuche no sul do Chile fundou o Mapuexpress, um informativo digital que, ao longo de mais de duas décadas, consolidou-se como um dos mais relevantes meios de comunicação mapuche. Desde sua criação, o site tem atuado politicamente, com ênfase na defesa dos direitos humanos, especialmente no que se refere à autonomia — conceito que, quando analisado de forma mais aprofundada, revela múltiplos significados. Por um lado, as jurisdições ocidentais passaram a adotá-lo, no final do século XX, como forma de responder às pressões exercidas pelos povos indígenas em escala global. Por outro, esses mesmos povos, por meio de seus movimentos políticos, o ressignificam como instrumento de reinvenção de seus passados e de projeção de futuros alternativos. No entanto, mesmo no interior de um único povo, esse conceito pode assumir diferentes interpretações, como ocorre no caso mapuche, em que a autonomia é articulada tanto a partir da institucionalidade estatal quanto da recuperação territorial ancestral. Partindo dessa perspectiva, esta comunicação levanta a hipótese de que o Mapuexpress, em seus anos iniciais, articulou distintas concepções de temporalidade — linear e cíclica — na construção das autonomias mapuche. Sustenta-se que análises anteriores sobre o

informativo não privilegiam as disputas temporais que atravessam esses projetos e, consequentemente, o próprio processo de formação do Mapuexpress. Desse modo, com base em referências cosmológicas e políticas próprias do mundo mapuche e andino, argumenta-se que seus projetos autonômicos resultam de uma relação opositivo-complementar entre uma temporalidade eurocêntrica e progressiva, e outra, de caráter anticolonial e indígena. Tal perspectiva se contrapõe, portanto, à ideia de que na contemporaneidade esses mundos se integram sob os mesmos moldes de uma suposta mestiçagem globalizante.

15h30 às 16h – Intervalo

MESA II – MEMÓRIA E FONTES HISTÓRICAS (PARTE 1)

16h às 18h

1 – Mapeando evidências do uso da escrita em Teotihuacán: a presença de signos nas pinturas murais – Lucia da Rocha França – USP

Resumo: A existência de um sistema de escrita em Teotihuacan, no México, é uma hipótese debatida há décadas, geralmente explorada por meio de estudos de caso isolados ou comparações etno-históricas com culturas próximas. Contudo, até o momento tais abordagens produziram avanços limitados. Buscando preencher o vazio de trabalhos empíricos básicos sobre o acervo documental disponível para essas investigações, esta pesquisa se propôs a produzir um mapeamento compreensivo da presença de signos (unidades gráficas da escrita) nas pinturas murais da cidade. Com base nisso, é possível começar quantificar e observar padrões de distribuição da escrita pelo tecido urbano teotihuacano, aprofundando os estudos epigráficos do sítio.

2 – A historiografia sobre mulheres indígenas nos Andes e o potencial da cultura visual comunitária em recipientes de tipo *qero* (séculos XV – XVII) – João Lucas Gualassi Duarte – Unicamp

Resumo: Ao menos desde a década de 1970, o influxo dos estudos de gênero consolidou no campo atualmente denominado História da América Indígena uma historiografia

voltada para a experiência histórica de mulheres indígenas em diferentes espaços e temporalidades. Nesse âmbito, aborda-se a forma como vivências específicas atreladas ao recorte de gênero concorreram para delinear enquadramentos socioculturais de diferentes comunidades indígenas, bem como suas formas de se relacionar e entender o mundo. No que tange à macrorregião andina, trabalhos fundacionais (e.g. Silverblatt, 1976; 1987; Rostworowski, 1983) transcenderam o estudo das divisões sexuais do trabalho e discutiram a medida em que concepções culturais de gênero estruturavam a vida social em escopo amplo. A reavaliação de tais estudos ao longo das últimas décadas gerou um debate historiográfico voltado principalmente para as transformações que a invasão ibérica e subsequente colonização acarretaram à experiência histórica de mulheres indígenas frente aos padrões pré-coloniais até então situados no Tahuantinsuyu incaico. Em que pese a pluralidade de enfoques, o debate tendeu a dicotomias explícitas sobre a posição social de figuras femininas nas populações quéchua-coloniais, variando o foco entre espaços rurais e urbanos, fontes cronísticas e notariais, ou entre um quadro acentuado de dupla opressão (gênero e etnicidade) e a agência e adaptabilidade de mulheres indígenas na sociedade colonial (cf. Zulawski, 1990). Ainda tomando por fonte a documentação de suporte escrito, estudos de caso centrados em diferentes espaços advogaram por conceituações mais nuançadas (e.g. Powers, 2002; Graubart, 2007). Contudo, uma diversificação dos recortes de fontes pode viabilizar aproximações distintas às experiências históricas de mulheres indígenas andinas. Com esse intuito, a presente comunicação, recorte de pesquisa de mestrado sobre o cerimonialismo de matriz Inca e significações de gênero, almeja perpassar o debate historiográfico consolidado para, em seguida, discutir o potencial interpretativo advindo do estudo iconográfico da tradição artefactual dos recipientes cerimoniais do tipo qero. Destinados ao consumo de bebidas em contextos rituais, tais objetos participavam de gestos materializadores de vínculos comunitários. Durante o período colonial inicial, recipientes com rica iconografia em laca povoavam as cerimônias supérstites e constituíam suportes de memória e autoelaboração comunitária (Cummins, 2005). Pretende-se, portanto, explorar abordagens sobre figurações de sujeitos sexuados, especialmente femininas, na iconografia de recipientes qero, com intuito de promover

interpretações sobre práticas e representações gendradas à luz de marcadores ontológicos elaborados em uma cultura visual comunitária.

3 – Ler as fontes coloniais a partir da arqueologia: possibilidades metodológicas para o estudo dos saberes indígenas e paisagens amazônicas do século XVII – Monyque Ferreira Brandão – USP

Resumo: Esta comunicação propõe discutir as possibilidades do diálogo entre arqueologia e fontes coloniais para o estudo dos saberes indígenas e das paisagens amazônicas do século XVII, tomando como objeto os relatos produzidos no contexto da expedição de Pedro Teixeira (1637–1639). Tradicionalmente mobilizadas como registros da conquista e da circulação colonial pelo rio Amazonas, essas narrativas também preservam descrições de práticas alimentares, manejo vegetal e organizações espaciais indígenas. Tais elementos podem ser relidos à luz de pesquisas arqueológicas recentes que questionam a visão da floresta como um espaço intocado, enfatizando o papel histórico das populações indígenas na domesticação da paisagem e na constituição de sistemas agroflorestais complexos. O trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa que investiga três fontes coloniais produzidas a partir da expedição supracitada — a Relação atribuída a Teixeira, o Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas, de Cristóbal de Acuña, e a Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas, de Maurício de Heriarte — partindo da hipótese de que essas descrições constituem registros involuntários de sistemas agroflorestais e conhecimentos indígenas de longa duração. Como estudo de caso, a análise centra-se na Relación del General Pedro Tejeira del río de las Amazonas para el Señor Presidente (1639), detendo-se nas referências a roças, cultivos e práticas alimentares registradas ao longo do percurso. A partir de uma abordagem interdisciplinar entre história indígena e arqueologia amazônica, busca-se refletir sobre as potencialidades e os limites das fontes coloniais para a investigação de saberes indígenas frequentemente inscritos de forma indireta nos relatos europeus. A proposta assume que o diálogo entre arqueologia e documentação colonial não implica a confirmação direta das crônicas pelo registro material, mas a possibilidade de produzir novas formas de leitura sobre as experiências históricas indígenas na Amazônia.

Argumenta-se, portanto, que elementos frequentemente descritos pelos cronistas como atributos naturais do território eram, na verdade, vestígios de práticas históricas de manejo ambiental desenvolvidas por populações indígenas ao longo do tempo. Ao aproximar a documentação seiscentista e os debates arqueológicos contemporâneos, a comunicação pretende contribuir para os debates sobre história indígena, materialidade e produção histórica das paisagens amazônicas.

4 – Quando Labre encontra Masô: cartografias indígenas e historicidade da paisagem no Acre – Cliverson Pessoa – Museu da Amazônia

Resumo: A presente comunicação analisa os relatos de dois viajantes que percorreram o atual território do Acre, Antonio Rodrigues Pereira Labre e João Alberto Masô, cujos escritos e mapas remetem a momentos distintos da história indígena, antes e após a constituição político-administrativa do estado. A partir de suas descrições e representações cartográficas, buscamos discutir as formas pelas quais esses diferentes povos apreendiam, organizavam e circulavam pela paisagem amazônica. Durante o primeiro ciclo da borracha (1870–1910), esses viajantes documentaram uma extensa rede de caminhos e estradas na floresta, posteriormente apropriadas pelos seringueiros nas atividades extrativistas. Mais do que simples vias de circulação, tais caminhos expressam territorialidades historicamente situadas e articuladas a formas próprias de ocupação da floresta. Ao colocar em diálogo documentação histórica, cartografia e dados arqueológicos, argumentamos que essas espacialidades possuem uma historicidade mais profunda, ainda perceptível nas paisagens do Acre por meio de estruturas de terra, caminhos antigos e outros vestígios materiais. Nesse sentido, a proposta procura contribuir para as discussões sobre história e paisagem, evidenciando como diferentes registros documentais e materiais permitem compreender continuidades, transformações e permanências territoriais no sudoeste amazônico.

9 DE SETEMBRO DE 2026

MESA II – MEMÓRIA E FONTES HISTÓRICAS (PARTE 2)

13h30 às 15h

1 – Entrelaçamentos da História Indígena do Sul do Brasil com a Coleção Etnológica do Museu de História Júlio de Castilhos – Guilherme Maffei Brandalise – Museu de História Júlio de Castilhos

Resumo: Objetos etnográficos e arqueológicos são polissêmicos, ou seja, vão acumulando camadas de significado e contexto desde que foram feitos até sua guarda em uma instituição. Mesmo após um século, podem revelar novas histórias e ativar narrativas silenciadas pelo colonialismo. Esta pesquisa, em andamento, analisa a Coleção Etnológica do Museu de História Júlio de Castilhos (MHJC), em Porto Alegre (RS), e busca ampliar as informações sobre o conjunto de peças e aprofundar as possibilidades interpretativas de alguns objetos e seus contextos. Parte-se da problemática da presença dos indígenas na formação de uma coleção etnológica no século XIX e início do XX, assim como na gestão da mesma coleção no presente. A investigação fundamenta-se em duas metodologias principais: a historiografia recente sobre povos indígenas, que resgata seu protagonismo histórico, e as abordagens críticas da Nova Museologia e da Museologia Social. Os objetivos específicos são: identificar a agência de indivíduos e grupos indígenas por meio da trajetória dos objetos arqueológicos e etnográficos da coleção, formada na virada para o século XX; mapear achados arqueológicos por agricultores no interior do estado que chegaram ao Museu nos primeiros anos, através de listagem da época que encontra-se no Centro de Documentação da instituição. Esse período histórico foi marcado pelo avanço da colonização sobre o norte do Rio Grande do Sul, resultando na expulsão de grupos indígenas de seus territórios, na ocupação da região por imigrantes europeus e na criação de aldeamentos sob regimes de assimilação cultural. Foi nesse contexto que se formou a Coleção Etnológica do MHJC. Apenas recentemente, a instituição passou a atuar em colaboração com os povos indígenas para ressignificar o acervo em sua catalogação e nas comunicação com o público (exposições). Nesse sentido, a pesquisa também busca desenvolver metodologias para a requalificação participativa da coleção junto às

comunidades Mbyá Guarani, Kaingang e Xokleng, abordando pesquisa histórica e comunicação museal.

2 – Presença guarani em São Vicente/SP no século XX: perspectivas a partir de história oral e documentos – Hugo Salustiano Santos – USP

Resumo: Esta comunicação partirá de histórias de (re)ocupações guarani mbya e tupi guarani em São Vicente/SP em dois momentos no tempo: no Morro dos Barbosas, onde famílias tupi guarani viviam até serem expulsas em meados do século XX; e na Praia de Paranapuã, próxima ao Morro dos Barbosas, onde famílias tupi guarani e guarani mbya levantaram uma nova aldeia (tekoa) no século XXI. Formada em 2004, a tekoa Paranapuã, com processo de demarcação em curso, é sobreposta por uma unidade de conservação, conflito que desdobrou-se em um processo judicial movido pelo estado de São Paulo pedindo a remoção da comunidade. Para defender Paranapuã nesse e em outros processos administrativos enquanto terra tradicionalmente ocupada, anciãs e anciões guarani têm contado suas memórias de vivências em São Vicente ao longo do século XX, na região do Morro dos Barbosas e em outros bairros. Essas memórias encontram eco em documentos pouco explorados do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), de órgãos públicos municipais e veículos de imprensa do litoral sul paulista. A hipótese a ser testada é a de que, embora esses documentos do século XX pressuponham certa efemeridade na presença guarani em São Vicente, seria possível afirmar – a partir do seu confronto com os relatos atuais dos Guarani – que esses próprios documentos atestam, quase inadvertidamente, a importância da presença nesse município, que dessa forma se constituía como mais um dos nós da rede formada pelas “aldeias livres” guarani, existentes a despeito dos esforços estatais de concentrá-los nas “aldeias oficiais” junto aos postos indígenas do SPI. O que essas narrativas e documentos permitem dizer sobre o que foi, o que poderia ter sido e o que poderia vir a ser a vivência e a territorialidade guarani em São Vicente em meados do século XX? Quais as relações possíveis, as ressonâncias e dissonâncias entre esses materiais produzidos em diferentes tempos e regimes de conhecimento? Como a articulação entre memórias e documentos antigos pode contribuir na projeção um outro futuro possível para os Guarani na região?

3 – Como os povos indígenas escrevem a história? Um estudo sobre as produções didáticas da CPI-Acre (1996-2013) – Mariana Loures Moraes – UFVJM

Resumo: Este trabalho tem como objeto de pesquisa as narrativas históricas construídas nos livros didáticos de autoria indígena produzidos no curso de formação de professores “Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre”, coordenado pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre). Seu objetivo principal é analisar como a história está escrita nesses livros didáticos. Em termos metodológicos, pretendo realizar pesquisa bibliográfica, revisão de literatura, análise documental e, se possível, entrevistas de História Oral. As fontes levantadas até o momento consistem em três livros e um documento legislativo sobre o currículo de escolas indígenas no Acre. Os livros foram selecionados por abordarem temáticas históricas, sendo eles: História Indígena (1996), Índios no Acre: História e Organização (2002) e História e Organização dos Huni Kuĩ do Alto Rio Purus (2013). O documento legislativo é a Proposta Curricular Bilingue Intercultural (Resolução nº 05/1998 do Conselho Estadual de Educação do Acre), que também foi escrita no contexto do curso de formação. Na análise documental, além de ler os documentos, compreendo ser necessário investigar seu contexto de produção, visando entender os fatores que influenciaram a elaboração dos materiais. Considero este contexto particularmente interessante por se tratar de um curso de formação de professores indígenas coordenado por uma organização da sociedade civil que atua na defesa dos direitos dos povos em questão. Durante a leitura das fontes, realizarei a codificação dos dados a partir de categorias que auxiliem a responder ao problema de pesquisa. Algumas categorias previstas são: o conceito de história, o conceito de tempo, os temas históricos e a divisão temporal criada pelos povos indígenas acreanos. Após a coleta de dados e a comparação com as narrativas dos livros didáticos convencionais, amparada por estudos já realizados sobre o tema, pretendo entrevistar alguns autores dos livros que tenham utilizado o material em sala de aula ou participado de sua escrita. Através desta pesquisa, busca-se compreender como os povos indígenas que integraram essa formação estão pensando e escrevendo a história. Acredita-se que olhar para a forma como estes povos narram sua própria história, a história do país e das Américas constitui

uma importante ferramenta para repensarmos a maneira como nós, não indígenas, escrevemos a história.

15h às 15h30 - Intervalo

MESA III – POLÍTICA E MEMÓRIA (PARTE 1)

15h30 às 17h30

1 – Malinalli, Malinche, Marina: entre fontes quinhentistas de Abya Yala – Luíza Ciurcio Possebon – UNESP

Resumo: A investigação parte da problemática da visão que se tem, ainda hoje, da personagem indígena do começo da colonização mexicana que ficou conhecida como Malinche. Por mais que os atores que vivenciaram estes acontecimentos tenham se interessado e escrito diversas vezes sobre Malinalli, a historiografia patriarcal mexicana, por sua vez, só passa a rememorar-la quando, no século XIX, é procurado culpados para a conquista, colocando-a como um símbolo emblemático -traidora de sua nação-, já que foi utilizada pelos espanhóis como intérprete, onde auxiliava na comunicação entre castelhanos e os povos originários. A pesquisa aqui retratada procura mostrar a imagem que se tem desta personagem em duas fontes quinhentistas coloniais: o Lienzo de Tlaxcala e as Crônicas das Índias. Ao final, discute-se como certa herança iluminista moldou a memória da conquista do México e a construção historiográfica de Malinalli, construindo sua atuação como fundamental para viabilizar o contato entre espanhóis e indígenas que se aliaram neste espaço de tensão, à luz da crítica feminista decolonial que nos mostra que a historiografia nacional mexicana, influenciada pela herança iluminista, projetou sobre Malinalli os dilemas da mestiçagem, da origem e da traição. Ademais, a partir da crítica de Maria Lugones, é possível compreender esse processo como resultado da colonialidade de gênero, que impõe uma lógica patriarcal moderna às sociedades colonizadas, redefinindo o lugar das mulheres na história. Yuderkys Espinosa Miñoso acrescenta que essas narrativas operam uma instrumentalização simbólica dos corpos femininos racializados, convertendo-os em suportes simbólicos de projetos nacionais e coloniais, que buscaram personificar, racializar, sexualizar, subalternizar, em um corpo

feminino indígena, as contradições da experiência colonial. Esse processo evidencia como a herança das Luzes como expressado por Antoine Lilti, ao mesmo tempo em que ampliou o cânone documental, manteve estruturas patriarcais e racializadas na construção da memória histórica.

2 – As elites indígenas da Lima colonial e o Juzgado General de la Caja de Censos de Indios (séculos XVI e XVII) – Vinicius Soares de Lima – USP

Resumo: A partir da segunda metade do século XVI, muitos dos representantes das elites indígenas que habitavam a cidade de Lima e seu entorno viram-se diante da necessidade de negociar com os espanhóis que buscavam construir um sistema de governo colonial na cidade. Nesse contexto, as ações dessas elites nos âmbitos econômico e administrativo geraram um grande volume de papéis que se encontram espalhados por dezenas de arquivos americanos e europeus. Esses documentos, em geral, tramitavam por um órgão específico da governança colonial dedicado a administrar os recursos econômicos dos povos indígenas: o juzgado general de la caja de censos de indios de Lima. A maior parte desses documentos encontra-se, hoje, no Archivo General de la Nación, da capital peruana. Tal conjunto documental compõe um dos centros de interesse de minha tese de doutorado, intitulada "Elites Indígenas, lei e justiça na Audiencia de Lima (séculos XVI e XVII)". Nessa apresentação, mostrarei as características gerais desses documentos, e de que maneira eles podem ser articulados para lançar luz sobre os aspectos econômicos das interações entre as elites indígenas e a administração colonial espanhola, bem como a importância dessas interações para a posição das elites indígenas e para a sobrevivência de seus ayllus e comunidades. Nesse sentido, darei destaque às razões principais pelas quais as elites indígenas interagem com aquela instituição, como os mecanismos de cobrança e pagamento de tributos, o estabelecimento de contratos, o financiamento das igrejas, entre outros.

3 – Fronteiras e interações políticas entre o vale do rio Huallaga e Huamanga (1430 - 1687) – Vitor Navarini Freitas Cruz – USP

Resumo: Esta apresentação discorrerá sobre as interações trans-regionais na fronteira Andes-Amazônia, especificamente aquelas desenvolvidas entre a macrorregião dos Andes Centrais e suas imediações orientais, cortadas pelos rios Apurímac, Mantaro, Ene, Perené. De modo mais preciso, terá por objeto as relações políticas praticadas entre as esferas de interação das terras altas andinas e as terras baixas amazônicas, enfocando a atuação histórica dos membros do conglomerado linguístico denominado “Arawaks pré-andinos”, compreendendo falantes de diversos idiomas, como o Asháninka, Ashéninka, Nomatsiguenga, Matsiguenga, Yanesha e Yine. O recorte temporal compreende o período entre o século XV, tomando-se a década de 30 como referência, por ser o início da expansão de Cusco, e o ano de 1687, data da morte do Padre Manuel de Biedma, momento emblemático da expansão das missões franciscana nesta região e dos conflitos por ela desencadeados. Para isso, será feita uma exposição do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, de modo a promover o debate sobre o assunto. Este projeto tem por objetivo dialogar com a produção internacional que, nas últimas décadas, têm questionado a rigidez atribuída à fronteira que separaria o mundo amazônico do andino. A ruptura produzida pela fronteira ecológica foi enfatizada e, seguindo esta linha, exagerada, criando-se uma separação formal entre os dois ambientes que, no entanto, não se sustenta face às evidências históricas, arqueológicas, linguísticas e etnológicas. Ao mesmo tempo, este trabalho se propõe a flexibilizar uma outra fronteira artificial, mas de caráter temporal: a separação do mundo indígena entre pré e pós-conquista, como se a chegada de invasores europeus tivesse sido o suficiente para desarticular as redes tradicionais de relações, construídas ao longo de milênios. Assim justifica-se a opção do recorte temporal adotado, que visa investigar as maneiras como, de um lado, o recém-estabelecido Vice-reino do Peru teve de se adaptar aos padrões pré-hispânicos e, por outro, como os sujeitos históricos indígenas compreenderam as transformações ocorridas na cordilheira andina e organizaram-se para enfrentá-las, tendo por objeto específico o já citado conglomerado linguístico. Ademais, serão expostos os caminhos adotados para a pesquisa, especialmente questões metodológicas quanto ao passado pré-hispânico e a perspectiva indígena, assim como os resultados preliminares obtidos da análise documental.

4 – Economia e espaço nas missões jesuíticas do Rio da Prata (1609-1659) – Leandro de Aragão Ferraz – UNIFESP

Resumo: O período analisado nesta pesquisa vai do início da expansão missioneira da Companhia de Jesus no Rio da Prata (1609) ao ano em que as reduções do Itatim foram efetivamente transferidas ao Paraguai (1659). Além do Itatim, o recorte espacial envolve as regiões do Guairá e do Tape, ambas abandonadas durante a década de 1630, em virtude dos ataques dos bandeirantes de São Paulo. Esta pesquisa busca analisar a organização produtiva e o trabalho indígena nestas missões, com atenção específica ao espaço e sua relação com o desenrolar econômico dos assentamentos. Especificamente, busca-se: examinar as adaptações mediadas pelos indígenas de elementos de sua organização produtiva no interior das reduções, incluindo as formas de divisão do trabalho; identificar a possível circulação de produtos entre as reduções, bem como entre elas e outros locais, além das condições em que se dava esta circulação; e analisar as interações entre as condições presentes nos locais em que as reduções foram fundadas e as escolhas e resultados produtivos, assim como compreender as transformações do local que a própria fundação das reduções pode ter engendrado. Tendo como influência a chamada Nova História Indígena e a aproximação que ela promove entre a historiografia e campos como a etnologia e a antropologia, pretende-se fazer a leitura de documentos produzidos durante o recorte temporal escolhido. A leitura e a interpretação dos documentos são acompanhadas por um suporte bibliográfico que promove o entendimento das especificidades da escrita jesuítica, origem de boa parte das fontes escolhidas. Por sua vez, a introdução do espaço na análise econômica é subsidiada por reflexões de Milton Santos referentes a este conceito, assim como é incluída a noção de território na visão de Rogério Haesbaert.

10 DE SETEMBRO DE 2026

MESA III (PARTE 2) – POLÍTICA E MEMÓRIA

13h30 – 15h30

1 – Estratégias de resistência indígena nos silêncios de Hans Staden – Vítor de Lerbo Carvalho – USP

Resumo: A historiografia tradicional frequentemente privilegia a agência europeia no processo de colonização das Américas, relegando aos povos originários a condição de sujeitos passivos ou ausentes durante os séculos de conquista. Nas últimas décadas, contudo, estudos aprofundados têm ressaltado a atuação de indígenas de diferentes etnias diante dos europeus em esferas variadas, como política, militar e social. Inserido neste movimento de releitura de documentos clássicos e amplamente comentados, este trabalho propõe uma análise das estratégias de resistência indígena presentes no livro *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden, publicado em 1557. A obra oferece importantes vestígios de práticas realizadas no enfrentamento dos povos originários à presença dos europeus. O objetivo desta pesquisa, por meio de ferramentas metodológicas propostas por autores como Walter Benjamin e Carlo Ginzburg, é indicar alguns destes recursos utilizados pelos indígenas, que evidenciam sua autonomia política, suas formas próprias de organização social e suas cosmologias, contrariando interpretações que os reduzem à passividade ou mesmo à cumplicidade. O livro de Staden é uma peça fundamental para este tipo de estudo. Ao mesmo tempo em que o autor busca enaltecer sua fé e capturar elementos da alteridade indígena para os leitores europeus, seus silêncios e as limitações inerentes à sua análise expõem indícios de ações políticas relacionadas a guerras, disputas de territórios, alianças interétnicas, incorporação seletiva e momentânea de elementos estrangeiros e diplomacia indígena, como sinais de sociedades e comunidades com complexas redes sociais e culturais. Busca-se demonstrar que tais práticas constituíam formas ativas e conscientes de resistência e negociação, evidenciando sua importância para a preservação de vidas e culturas indígenas. Ao deslocar o foco da narrativa do observador europeu para as ações que emergem nas entrelinhas, este trabalho pretende contribuir para as discussões sobre memória, política e protagonismo

dos povos originários, enfatizando a necessidade de leitura crítica e atenta das crônicas de viagem do século XVI como documentos capazes de desvelar atuações indígenas desde o início do processo de colonização.

2 – Entre as políticas indigenistas e a expansão cafeeira: A presença indígena na Zona da Mata Mineira (1840-1880) – Júlia Pereira Ferreira – UFOP

Resumo: A proposta deste trabalho é investigar a presença indígena na Zona da Mata mineira durante o século XIX, entre 1840 e 1880, a partir da política indigenista imperial. Busca-se compreender as relações entre a expansão cafeeira e as populações indígenas, analisando como o avanço econômico e territorial do café impactou esses grupos e como eles responderam às transformações políticas e sociais promovidas pelo Estado Imperial. A pesquisa trabalha com diferentes documentos, entre eles o Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, conhecido como Regulamento das Missões, articulado aos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, aos relatórios dos ministros do Império, às listas nominativas e aos relatórios dos diretores de aldeia. Os relatórios dos presidentes de província ganham destaque ao longo da análise, pois registram o ponto de vista das autoridades imperiais em seções dedicadas aos “índios”, à “agricultura” e à “economia”. Apesar de segmentados, esses documentos permitem análises sob a perspectiva indígena, evidenciando conflitos e acomodações. Já as listas nominativas auxiliam na identificação de alterações populacionais e no mapeamento de aldeamentos e grupos familiares. Por meio do cruzamento dessas fontes, busca-se compreender como o Regulamento das Missões de 1845 foi aplicado e reinterpretado em Minas Gerais entre 1840 e 1880. Interessa particularmente analisar os impactos da expansão da cafeicultura sobre as populações indígenas e as formas de atuação desses grupos diante dessas mudanças. A Zona da Mata ganhou destaque para a Coroa a partir da Carta Régia de 2 de dezembro de 1808, que declarou guerra justa aos Botocudos, estabelecendo aldeamentos e abrindo espaço para a migração de colonos. Esse processo ocorreu em um contexto de crise da mineração, quando áreas antes protegidas passaram a ser ocupadas para a produção agrícola e pecuária. Nesse momento, iniciou-se o desenvolvimento da produção cafeeira, sobretudo nas áreas próximas à divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo John D. Wirth, essas terras eram majoritariamente ocupadas por indígenas até 1830, quando a expansão do café avançou sobre as florestas habitadas por esses grupos. A questão do trabalho torna-se central, considerando que, ao longo do século XIX, o governo imperial buscou incorporar essas populações ao ideal de civilização por meio do trabalho, conforme destaca Maria Regina Celestino de Almeida. Assim, busca-se analisar as relações entre a política nacional e a provincial, reconhecendo os indígenas como sujeitos ativos nesse processo histórico.

3 – Experiências kaingang no Brasil da Ditadura Militar: articulação política, povos indígenas e atuação missionária – Victória Santos Silva – UNIFESP

Resumo: Durante a Ditadura, as populações indígenas experienciaram a construção de um aparelho estatal, no campo indigenista, alinhado ao desenvolvimentismo militar. Dessa forma, diversos povos sofreram com a aceleração sistemática da violência que por diferentes meios visava o seu fim. Na ótica oficial militar, ser indígena era uma condição a ser superada. Partindo da caracterização da política indigenista ditatorial, pretende-se desenvolver uma reflexão a respeito da criação do Boletim Luta Indígena, apresentado na capa de sua primeira edição como “Informativo dos Índios do Sul do Brasil”. Além disso, compreender as ações e mobilizações expressas na fonte como uma nova estratégia adotada por povos indígenas no sul do Brasil, desenvolvidas dentro de um contexto de interação entre tradições cosmológicas distintas – diferentes etnias indígenas e membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O Boletim fez parte de um movimento nacional do Cimi, que em suas diversas regionais buscou produzir periódicos, durante a segunda metade da década de 1970, a respeito das questões que envolviam os povos indígenas e a atuação do indigenismo missionário, nos territórios em que atuavam. A pesquisa debruça-se especificamente em transcrições de falas de lideranças indígenas em reuniões organizadas pelo Cimi, que foram veiculadas no Boletim, além de conteúdos de cartas e informativos publicados. O Luta Indígena foi editado em Xanxerê, Santa Catarina, pela regional Sul do Cimi em articulação com as etnias presentes nas regiões abrangidas, sobretudo os Kaingang, Guaraní e Xokleng. Não possuindo sessões fixas no periódico, com uma produção marcadamente rudimentar, foram veiculadas cartas,

mensagens assinadas de forma coletiva por lideranças indígenas, atas de assembleias, informativos de “conclusões” de reuniões e de visitas entre etnias ou aldeias diferentes. Esse material dá subsídio à reflexão sobre as demandas, novas práticas e repertório de um movimento indígena nascente. Dentro disso, observa-se um papel de importância desempenhado pelo próprio Luta Indígena para a organização política das etnias em articulação com o Cimi-Sul.

4 – Entre territorialização e cosmologia: identidade e luta territorial entre os Pataxó de Barra Velha – Camila Margon Massi – USP

Resumo: Esta pesquisa investiga as relações entre história e território na experiência recente do povo Pataxó, focalizando a aldeia de Barra Velha e o Parque Nacional do Monte Pascoal. O estudo abrange o período de 1960 — marcado pela criação do Parque Nacional, que desencadeou processos de expulsão dos indígenas — até as mobilizações territoriais das décadas de 2010 e 2020, quando os Pataxó reivindicaram a reocupação de espaços ancestrais. Um cenário histórico de luta, desde a chegada dos portugueses, que se estende até a atualidade devido a uma colonialidade do poder que permite a perpetração do violento cenário. Nesta comunicação pretendo discutir sobre algumas leituras iniciais acerca de territorialização em relação ao cenário específico do Parque Nacional e Barra Velha levantando minhas hipóteses de pesquisa e meus objetivos. A forma como a população Pataxó se organizou politicamente frente a esse cenário também será explorado, por meio da criação de Conselhos e Assembleias a forma de agir politicamente foi se alterando, mas mantendo partes da tradição vivas, dessa forma um processo de etnogênese se forma, uma reemergência de uma população que por um longo período foi considerada extinta. Como objetivo central, busco analisar as transformações nos discursos e nas práticas políticas desse grupo, articuladas à luta pelo direito ao território, entendido como fundamental para sua existência coletiva. Trata-se de um projeto de doutorado em estágio inicial e, por isso, não conta com conclusões pré-estabelecidas, mas trabalho com uma hipótese orientadora de que a luta pelo território constitui um eixo central para compreender as transformações históricas vivenciadas pelos Pataxó, influenciando seus costumes, saberes tradicionais e estratégias

contemporâneas de habitação e resistência. Os resultados pretendidos incluem demonstrar como a reconquista territorial tem sido inseparável da reconstrução de narrativas históricas e da afirmação étnica no cenário brasileiro recente.

15h30 às 16h - Intervalo

PALESTRA

16h às 17h

Histórias Ameríndias Contemporâneas – María Isabel Martínez Ramírez – Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM

Resumo: Esta comunicação resume o trabalho que desenvolvido ao longo da última década no Instituto de Pesquisas Históricas (Instituto de Investigaciones Históricas) da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) sobre histórias ameríndias contemporâneas. Entendemos a história como um diálogo e um debate. Porém, este projeto coletivo tem procurado deslocar a abordagem aditiva da disciplina histórica — onde as histórias de reis e governantes são adicionadas às histórias de mulheres, do mobiliário e outros itens que trivializam esse movimento — para uma equação multiplicativa. Assim, a história se apresenta multifacetada em seus regimes históricos, formulações cosmo-históricas, fontes, construção de contextos, epistemologias de “interpretação” e assim por diante. Nesta apresentação, ofereço alguns exemplos e resultados do nosso projeto, seguindo dois dos eixos temáticos deste Simpósio Temático: 1) Cosmologias e Colonização. Utilizando casos específicos da Bolívia e do México, destacamos a importância dos registros da violência e do conflito, inscritos nos corpos indígenas, para a reprodução de suas histórias. 2) Memória Narrativa. Com base em um estudo realizado com o povo Seri ou Comcaac do norte do México, discutiremos como a cestaria foi fundamental para a reprodução da memória em um contexto de violência estatal. O objetivo desta apresentação, de corte geral, é contribuir com alguns resultados de pesquisas realizadas no México para ampliar o diálogo iniciado pelo Simpósio Temático.